

Lugar no mundo

Santos em 1994,
na Universidade
de São Paulo,
onde lecionou

No marco do seu centenário, o geógrafo Milton Santos é lembrado pelos conceitos que ajudaram a pensar o espaço e a realidade dos países pobres

ANA PAULA ORLANDI

Considerado um dos maiores geógrafos brasileiros, Milton Santos completaria 100 anos em maio. “Com suas análises sobre as desigualdades sociais e territoriais, ele foi decisivo no movimento de renovação do pensamento geográfico nos anos 1970 no Brasil”, afirma a geógrafa Maria Adélia de Souza, professora aposentada da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP) e parceira intelectual do pesquisador baiano.

“Uma de suas principais contribuições foi definir o espaço geográfico como instância da sociedade.”

O conceito está no livro *Por uma geografia nova* (Hucitec/Edusp, 1978), no qual defende a necessidade de estabelecer um objeto para a disciplina (no caso, o espaço geográfico) e que ele fosse tão importante quanto a economia e a cultura. “Ele foi aprimorando essa ideia ao longo de sua trajetória até chegar ao ápice com o livro *A natureza do espaço* [Edusp, 1996], onde define o espaço pela indissociabilidade dos sistemas de objetos e de ações”, diz Bernardo Mançano

Fernandes, geógrafo da Universidade Estadual Paulista (Unesp), *campus* de Presidente Prudente. “Ou seja, as pessoas, as técnicas e as coisas produzem o espaço e são produzidas pelo espaço. Isso supera a definição clássica de espaço como sendo apenas área e superfície.”

Para a geógrafa Mônica Arroyo, da USP, Santos foi um intelectual comprometido com a sua época. “Ele buscou entender o mundo a partir de um campo do saber e de forma crítica. Isso demandou um grande esforço teórico em diálogo com outras disciplinas, como economia, sociologia, urbanismo e filosofia”, diz a pesquisadora, uma das organizadoras do seminário previsto para maio, na USP, em homenagem a Santos.

O evento será promovido pelo Departamento de Geografia em parceria com o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da mesma universidade, que abriga o acervo do pesquisador com cerca de 60 mil itens. “O Fundo Milton Santos é formado por biblioteca e arquivo de documentos de diferentes momentos da trajetória do geógrafo baiano, que refletem sua atuação como professor e pesquisador em diversos países”, informa a geógrafa Flavia Grimm, que organizou o material doado em 2009 pela família de Santos e refletiu a respeito no estágio de pós-doutorado realizado na USP entre 2013 e 2016, com apoio da FAPESP.

Arroyo e Grimm são organizadoras de um livro ainda sem título definido, que deve ser lançado neste ano pela Edusp. A compilação reúne artigos escritos pelo intelectual no início da carreira, nos anos 1950. Santos não era geógrafo de formação: em 1948, graduou-se em direito na Universidade da Bahia, atual Universidade Federal da Bahia (UFBA). “Ele fez parte de uma classe média negra que vinha se formando no estado desde o final do século XIX”, diz o historiador Bruno de Oliveira Moreira, autor da tese de doutorado “Milton Santos e a ditadura civil-militar: Prisão, exílio e memória”, defendida em 2025, na UFBA. “Mesmo antes da Abolição, a Bahia já tinha uma comunidade de trabalhadores livres que se dedicavam a serviços urbanos e, posteriormente, também ao magistério.”

Esse era o caso de seus pais, Francisco e Adalgisa, que trabalhavam como professores primários (hoje ensino fun-

damental I) e educaram o primogênito em casa. Nascido na cidade de Brotas de Macaúbas, Santos cresceu em Itapira (hoje Ubaitaba) e Alcobaça, todas na Bahia. Aos 10 anos, foi estudar como interno no Instituto Bahiano de Ensino, em Salvador, onde começou a se interessar pela geografia. Mais tarde, em 1949, logo após se formar em direito, passou a lecionar a disciplina no Colégio Municipal de Ilhéus, no interior do estado.

Naquela cidade, onde permaneceu até 1953, era colaborador do jornal *A Tarde*, de Salvador. Ao retornar à capital baiana, tornou-se um dos redatores do diário. Na mesma ocasião, começou a lecionar geografia na Faculdade Católica de Filosofia de Salvador e se inscreveu para concorrer à vaga de docente de Geografia Humana na Universidade da Bahia, no concurso aberto em 1953.

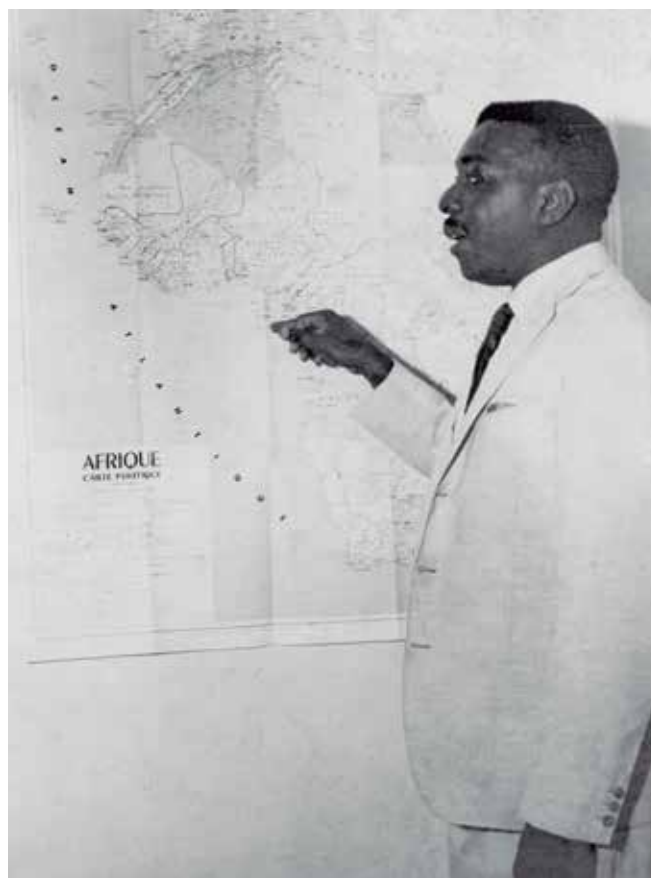
Entretanto, sua inscrição foi indeferida e ele só conseguiu prestar o concurso sete anos depois, em 1960. O imbróglio começou após a instituição alegar que o candidato não tinha formação específica na área. “Ele entrou com recurso e depois judicializou o caso, inclusive porque vários professores da então Faculdade de Filosofia não eram diplomados nas áreas específicas que lecionavam”, prossegue Moreira, docente no Instituto Federal da Bahia, em Santo Amaro.

Com o caso em aberto, Santos partiu em 1957 para Estrasburgo, na França, a fim de realizar seu doutorado. O convite veio do geógrafo francês Jean Tricart (1920-2003), que assistiu à apresentação de Santos no XVIII Congresso Internacional de Geografia, realizado em 1956, no Rio de Janeiro. Sob orientação de Tricart, a tese “O centro da cidade de Salvador. Estudo da geografia urbana” foi defendida em 1958.

Segundo Grimm, a produção do geógrafo na década de 1950 e na primeira metade dos anos 1960 é marcada pela análise da realidade baiana. Dessa fase fazem parte títulos como seu primeiro livro, *O povoamento da Bahia* (Imprensa Oficial, 1948).

Trata-se da publicação do trabalho apresentado no concurso para professor em Ilhéus, em que discorre sobre atividades econômicas do estado. “Nesse momento, ele dialogava com a geografia regional francesa, com conceitos como ‘gênero de vida’ e ‘habitat’, sobretudo em seus estudos sobre a zona cacauzeira baiana”, observa Grimm, autora de tese de doutorado sobre a trajetória epistemológica de Santos, defendida em 2012, na USP, com apoio da FAPESP.

No início da carreira, o pesquisador (em registro sem data) foi influenciado pela geografia francesa



Na volta ao Brasil, Santos criou em 1959 o Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais, na Universidade da Bahia. “Isso aconteceu a convite do então reitor, pouco antes de ele ser efetivado como professor da instituição”, relata Moreira. No ano seguinte, como representante de *A Tarde*, integrou a comitiva do então candidato à Presidência da República, Jânio Quadros (1917-1992), em visita a Cuba.

A aproximação com o político, eleito em 1960, rendeu-lhe um convite para o cargo de subchefe do Gabinete Civil da Presidência da República na Bahia, em 1961. Com a renúncia de Quadros, menos de sete meses após a posse, Santos assumiu, em 1963, o comando da Comissão de Planejamento Econômico (CPE) do governo baiano.

Quando veio o golpe militar de 1964, o pesquisador ficou detido entre abril e junho em um quartel do Exército em Salvador. “Ele foi acusado pelo regime de subversão por manter militantes de esquerda na equipe técnica do CPE”, diz Moreira. “Também levantaram suspeitas de corrupção em contratos e de descontrole nos gastos do órgão, mas nada foi provado nesse sentido, e o processo acabou sendo arquivado em 1969, quando foi para a Justiça civil.”

O geógrafo deixou o Brasil em dezembro de 1964. “É provável que um acordo entre autoridades baianas e os militares tenha possibilitado a viagem”, prossegue o historiador. “Ele não foi expulso formalmente do país, mas ainda assim

perdeu os empregos na Bahia e precisou sobreviver com contratos temporários com as universidades estrangeiras enquanto esteve fora do Brasil.”

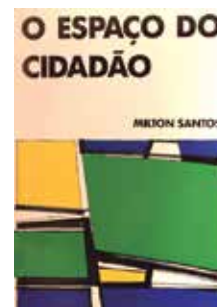
Santos ficou 13 anos no exterior. Sua primeira parada foi na França, como professor associado nas universidades de Toulouse (1964-1967), Bordeaux (1967-1968) e Paris (1969-1971). Nesse período, dedicou-se sobretudo ao processo de urbanização nos países em desenvolvimento e produziu livros como *O papel do geógrafo no Terceiro Mundo*. A obra saiu primeiro na França, em 1971, e depois no Brasil, em 1978.

“Ele percebeu de forma mais evidente que as teorias elaboradas pelos geógrafos franceses não davam conta de explicar a realidade dos países subdesenvolvidos e começou a romper com a geografia fran-

cesa, que era a base de sua formação”, comenta a geógrafa Adriana Bernardes, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). “Esse movimento de ruptura se intensificou ao longo da década de 1970, quando passou a construir sua própria teoria interpretativa”, acrescenta Fernandes, da Unesp.

Ao longo de 1971, Santos atuou como pesquisador no Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), nos Estados Unidos. Na ocasião, um de seus projetos em andamento era a formulação da teoria sobre os dois circuitos da economia urbana, que seria concluída no Canadá, onde morou entre 1972 e 1973. A ideia foi apresentada em livro publicado originalmente em francês, em 1975, que no Brasil ganhou o título *O espaço dividido* (Francisco Alves Editora, 1979).

Segundo essa teoria, as cidades dos países em desenvolvimento abrigam dois sistemas econômicos originários do processo de modernização, sendo interdependentes e complementares. “Um deles é o circuito superior, representado por grandes empresas e caracterizado pelo acúmulo de capital e tecnologia, ao lado da baixa oferta de trabalho”, explica a geógrafa Livia Cangiano Antipon, atualmente em estágio de pós-doutorado na USP sobre o tema, com apoio da FAPESP. “Há também o circuito inferior, organizado pelas classes empobrecidas e marcado pela profusão de trabalhadores em pequenos negócios, como oficinas e salões de beleza.”



Alguns dos livros do geógrafo, cuja obra circulou em português, francês, inglês e espanhol



Na Venezuela, em 1969, durante o período em que esteve fora do Brasil por causa da ditadura militar

Para Santos, a modernização nem sempre era sinônimo de progresso



Santos na cerimônia em que se tornou professor emérito da FFLCH-USP, em 1997

3

A pesquisadora aplicou essa teoria na tese de doutorado sobre o comércio de alimentação em São Luís (MA), que defendeu em 2024, na Unicamp, também com bolsa FAPESP. “Muitos teóricos europeus nas décadas de 1950 e 1960 separavam ‘riqueza’ e ‘pobreza’ em suas análises, como se elas não fossem interdependentes”, conta Antipon. “Na contramão disso, Milton Santos chamou a atenção para a economia dos pobres urbanos e para as realidades periféricas.”

Para o pesquisador baiano, a modernização nem sempre era sinônimo de progresso. “Milton dizia que as condições do processo de modernização em nosso país, caracterizado pela chegada de empresas internacionais, geraram mais pobreza e reforçaram desigualdades”, comenta a geógrafa Amelia Damiani, da USP. “Ele tratava da relação entre modernidade e atraso por meio de conceitos como ‘involução metropolitana’, que desenvolveu na década de 1980.”

Enquanto esteve fora do Brasil durante a ditadura militar, Santos passou por outros países, como Venezuela e Peru. Entre 1974 e 1976, ajudou a implementar um programa de pós-graduação em geografia na Universidade de Dar es Salaam, na Tanzânia, África. Por fim, atuou como professor na Universidade Columbia, em Nova York, em 1977.

Naquele ano, decidiu retornar em definitivo ao Brasil, ao lado da segunda mulher, a geógrafa francesa Marie-Hélène

ne Tiercelin, grávida de Rafael, segundo filho do geógrafo. Seu primogênito foi o economista Milton Almeida dos Santos Filho (1955-1996), do primeiro casamento com a comerciante Jandira Rocha. Ele havia visitado o país pouco antes: em 1975 para um evento na Unicamp e no ano seguinte para o encontro anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em Brasília. “Apesar de não ter sido admoestado pelo regime, foi vigiado nessas duas oportunidades”, diz Moreira.

Nos Estados Unidos, Santos participou das discussões da chamada geografia radical, influenciada pelo marxismo, que tinha entre seus partidários o geógrafo inglês David Harvey. “A partir da década de 1970, o conceito de espaço geográfico seria revisto em diferentes países”, conta Grimm. “No Brasil, isso aconteceu por meio de autores como Milton Santos que procuravam alcançar uma teoria social crítica a partir da geografia.”

Na volta ao país, enquanto buscava retomar o cargo de docente na UFBA, trabalhou como professor convidado na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e de Design (FAU) da USP, entre 1978 e 1982, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro (1979-1982). Em 1983 se tornou professor titular do Departamento de Geografia da USP, onde ficou até

2001, quando faleceu em consequência de câncer.

Com Maria Adélia de Souza, o pesquisador liderou nos anos 1980 a criação na USP do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan). Mais tarde, em 1994, recebeu o Prêmio Internacional de Geografia Vautrin Lud, considerado pelos geógrafos como equivalente ao Nobel. Apenas naquele ano conseguiu ser reintegrado como professor da UFBA.

“Na década de 1990, ele foi um dos primeiros intelectuais a criticar o processo de globalização na América Latina”, afirma a geógrafa Catia Antonia da Silva, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Outro ponto destacado pela pesquisadora são os estudos sobre a informação. “Com o que chamava de ‘meio técnico-científico e informacional’, ele buscava entender como se dava a disseminação da informação pelo espaço geográfico e seus impactos.”

A natureza do espaço, um de seus livros mais importantes, foi escrito naquela década. “Além de tratar da ordem global e da informação, nessa obra ele reforça a força política e cultural das periferias nas grandes cidades do mundo”, diz Bernardes, da Unicamp. “Milton nunca abriu mão do olhar crítico, mas sempre foi um otimista. Em sua opinião, a mudança na sociedade começaria nesses espaços.” ●

Os projetos e os artigos científicos consultados para esta reportagem estão listados na versão on-line.